



**MULHER, LITERATURA E FEMINISMO: ORGULHO E PRECONCEITO E O  
PENSAMENTO INDEPENDENTE EM EVIDÊNCIA**

Laila Mendes Correia<sup>1</sup>  
Rita de Cássia Mendes Pereira<sup>2</sup>

**INTRODUÇÃO**

O acesso da mulher à educação formal não foi igualitário nem tampouco espontâneo. Enquanto homens de alto poder aquisitivo recebiam educação fora de casa nas chamadas *grammar schools*, onde se dedicavam a assuntos como política e economia, à mulher designava-se o aprendizado das letras no ambiente familiar, juntamente com outros saberes e técnicas como a pintura, o bordado e a música, como pontuam Cavallo e Chartier (2011)

Em 1792, quando a confiança na Revolução Francesa ainda era elevada, - sabe-se que a Revolução Francesa ajudou a ditar os preceitos sócio-político-econômicos da sociedade moderna - o livro *Reinvidicação dos Direitos da Mulher* tornou-se um apelo aos direitos das mulheres depois que a nova constituição francesa de 1791 deu somente aos homens os direitos de cidadania, excluindo as mulheres de um conceito de humanidade. Ainda nesse período reverbera, nas camadas aristocráticas das sociedades europeias, a proposição de Jean Jacques Rousseau para o que deveria ser a educação das mulheres. Em *Emílio* ou *Da Educação*, o filósofo se propõe a traçar o perfil de uma “estudante ideal mulher” e argumenta que a educação feminina, desde a infância, deveria estar voltada para aspectos da vida privada e dedicar-se ao atendimento das necessidades do homem.

A educação das mulheres deveria ser sempre relativa à dos homens. Agradar-nos, ser-nos úteis, fazer-nos amá-las e estima-las, educar-nos quando jovens e cuidar-nos quando adultos, aconselhar-nos, consolar-nos, tornar nossas vidas fáceis e agradáveis. Estas são as obrigações das

1 Mestranda do Programa de Pós Graduação Letras: Cultura, Educação e Linguagens - PPGCEL, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB, Campus Vitória da Conquista). Endereço eletrônico: laillamendess@hotmail.com

2 Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e Pós-doutora em História pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente, é professora titular de História Medieval da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e docente do quadro permanente do Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, da mesma instituição. Endereço eletrônico: ricamepe@hotmail.com



mulheres durante todo o tempo, e também o que elas devem aprender na infância (ROUSSEAU, 1995, p. 445).

Tecendo críticas sobre essa visão determinante do que deveria ser a educação para mulheres e percebendo a educação formal como prática imprescindível para a emancipação feminina, o livro *Reivindicação dos direitos das mulheres* tornou-se um dos primeiros documentos que atentam para uma perspectiva feminista, e encontra em Jane Austen (1775-1817), considerada a primeira romancista moderna da língua inglesa, aliada no debate sobre questões concernentes à educação e ao pensamento feminino independente.

Em *Orgulho e Preconceito*, Austen faz uma crítica sutil à ideia corrente de que a educação feminina deveria estar voltada exclusivamente para aspectos da vida doméstica, e por meio da protagonista Elizabeth Bennet, a autora desafia padrões de comportamento ao subverter os padrões de representação da mulher aristocrática e ao reforçar lugares de fala próprios ao universo feminino. Ainda que subordinada às regras dominantes relativas à moral e à ética aristocrática, a personagem usa da ironia para confrontar os modelos correntes e afirmar a sua relativa independência em relação às formas de pensamento dominante, comumente enunciados por homens.

## METODOLOGIA

O trabalho é de cunho qualitativo e toma como ponto de partida a leitura e análise de elementos presentes no romance *Orgulho e Preconceito*, de Jane Austen. O método utilizado será o da análise de conteúdo, que consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 1979, p.4)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO



“É uma verdade universalmente conhecida que um homem solteiro, possuidor de boa fortuna, deve estar à procura de uma esposa” (AUSTEN, 2008, p.19). Com esta frase, atribuída ao narrador que assinala a abertura do romance *Orgulho e Preconceito*, Jane Austen expõe, logo de início, o tom irônico que se fará marcante no seu estilo de escrita. À época em que se ambientavam os romances de Austen, as mulheres viam nos casamentos não apenas a idealização do amor romântico. O matrimônio era, também, uma estratégia de sobrevivência ou de conquista da estabilidade, para a maioria das mulheres, mesmo para as mais abastadas, ainda que isto implicasse a dependência em relação aos maridos:

Pouco se sabe sobre os sentimentos ou pontos de vista que tal homem tem ao adentrar pela primeira vez em uma nova vizinhança, e essa verdade está tão bem fixada nas mentes das famílias ao redor que ele é considerado o perfeito partido de uma ou outra de suas filhas. Alguns homens solteiros, ao que parece, tem acesso independente ao dinheiro, mas todas as mulheres solteiras, nossas “filhas”, têm de se casar para isso. Famílias com filhas, no entanto, pensam bastante sobre casamento, enquanto homens solteiros com fortunas, não. (NEWTON, 1978, p. 28. **tradução nossa**)

Elizabeth Bennet, dentre todas as protagonistas de Jane Austen, é evidenciada como a mais enérgica. Rejeita padrões sociais – como casar-se por conveniência – e fala o que pensa. Descrita como alguém de beleza inferior e de caráter forte, tem como contraponto a figura da irmã Jane, mais doce e bela, e é nesse contraponto entre as duas personalidades que a personificação feminina ganha camadas mais complexas.

Ao questionar o padrão inalcançável da mulher enquanto idealização, Jane Austen, por meio da sua heroína, desloca o debate para o fenômeno da escrita feminina da literatura em um espaço majoritariamente masculino. Ainda que mulheres tenham sido retratadas em grandes obras escritas por homens, os modelos femininos eram sempre concebidos a partir do olhar masculino e os problemas inerentes à condição das mulheres eram sempre tratados superficialmente, quando não totalmente ignorados.

Austen, por meio de Bennet, recusa estereótipos e atribui a certas mulheres uma atitude proativa: “De fato, senhor, não tenho a menor intenção de dançar. Rogo-lhe que não suponha eu ter vindo para cá com a idéia de implorar um parceiro (AUSTEN, 2008, p. 30). Elisabeth rompe com as expectativas em torno de uma jovem dama - aos 21 anos já considerada “velha” para o casamento – presente em um baile com cobiçados solteiros. Austen não comunga com o socialmente aceito, o correto, o ideal.

Elizabeth é cortejada por duas vezes – uma por um primo distante que, segundo



os costumes da época, deveria ser responsável pela administração financeira da família apenas por ter nascido homem, e outra por Mr. Darcy, apresentado como o perfeito esnobe burguês, muito rico e muito bonito, mas pouco principesco aos olhos de Elizabeth – e recusa, a princípio, ambas as propostas: uma por não aceitar casar-se apenas por uma determinação econômica, e outra por não sentir afeto, o que se modificará com o desenrolar da trama, mas a máxima do casamento por amor é uma constante nos textos da autora.

Seria Elisabeth Bennet uma precursora do feminismo? Para Michelle Perrot (2008, p. 154), “em sentido muito amplo, “feminismo”, “feministas” designam aqueles e aquelas que se pronunciam e lutam pela igualdade dos sexos”. Deve-se considerar que essas categorias não estavam em voga no tempo da escrita de Jane Austen, mas, como pontua Schimidt (1999, p. 38):

O feminismo, desde suas origens, sempre partiu de reflexões sobre a prática e a ênfase na experiência, prendendo-se ao fato de que, historicamente, essa categoria foi determinante na transformação de realidades no campo social. Sem cair na armadilha de um conceito a-histórico, reificado e unitário de experiência e sem incorrer no esvaziamento textual da experiência propiciada pela repercussão do pós-estruturalismo nas teorias do sujeito, é possível reconfigurar o conceito de experiência a partir da noção de efeito da interação entre a subjetividade e a prática social.

O uso dos conceitos “feminista” ou “não feminista” extrapola a possibilidade de categorização rígida e não pode ser dissociado de contextos mais complexos. A constituição de uma crítica feminista é o processo de desconstrução de leituras consagradas, como destaca Xavier (1999, p. 16):

A pluralidade de enfoques feministas, às vezes mal interpretada como miscelânea teórica, decorre da riqueza de abordagens num momento hostil à rigidez conceitual. Daí a crítica feminista não se constituir num modelo explicativo homogêneo e monolítico, mas sim num complexo de visões e práticas articuladas em torno de um ponto de vista comum: a contestação do patriarcado.

Dito isso, é importante perceber a literatura como um campo de saber cujas possibilidades extrapolam fronteiras e épocas. Ao possibilitar a caracterização feminina sob um olhar até então marginalizado, Jane Austen traz um debate secundário para o centro de sua narrativa, sugerindo que a percepção da mulher enquanto ser racional não era um foco a ser buscado a não ser quando evocado pelas próprias mulheres, e por isso



o conceito de escritura feminina possibilitou – e possibilita - observar questões que vão além do campo literário, mas sempre sustentadas por ele.

## CONCLUSÕES

Por meio de atributos como ironia e racionalidade, atribuída a suas protagonistas, Austen projeta a imagem de mulheres que pouco se adequavam ao padrão de comportamento feminino corrente no início do século XIX. Frente às limitações econômicas e sociais e aos modelos éticos e morais, as mulheres estavam submetidas ao domínio masculino, e as representações sobre a condição feminina na literatura, em textos escritos no mais das vezes por homens, as personagens femininas encontram-se destituídas de toda e qualquer forma de poder. Em Jane Austen, pelo contrário, a existência feminina ganha complexidade. As protagonistas, com seus valores e suas formas de enfrentamento em relação aos valores normativos, são tomadas como seres humanos dotados de emoções e racionalidade. Aplica-se, aqui, a máxima defendida por Schmidt (1999, p. 38):

Portanto, a reflexão crítica e o posicionamento no conhecimento de sujeitos femininos se constroem necessariamente pelo registro da experiência histórica feminina, em suas várias redes, familiar, local, nacional ou transnacional, as quais vêm a constituir a verdade que embasa sujeitos. Nessa linha de raciocínio, o vivido é produto de relação entre facticidade e contexto social que permitem aos sujeitos gerar sentidos como resposta política, não ontológica, à dominação. Dessa forma, o conceito de experiência, reconfigurado, deslocado do empírico mas não da materialidade do vivido e do sentido, é indispensável e operacional na manutenção material da teoria feminista, pois funda, recorta e singulariza a posicionalidade do sujeito feminino no conhecimento.

Escrito há mais de 200 anos, *Orgulho e Preconceito* explora as múltiplas possibilidades de representação das mulheres. E, ainda que as personagens que transitam pelo romance tenham uma vida limitada ao ambiente aristocrático inglês, os temas abordados pelo romance se fazem universais e são revisitados com frequência. A literatura de Jane Austen, portanto, é fonte primordial não apenas para se pensar a literatura inglesa, mas também sobre o espaço ocupado pelas mulheres no mundo pós-revolução industrial, cujos reflexos são sentidos até hoje.



**Palavras-chave:** Mulher. Literatura. Feminismo. Jane Austen.

## REFERÊNCIAS

AUSTEN, Jane. **Orgulho e Preconceito**. São Paulo: Landmark, 2008

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979

CAVALLO, Guglielmo. CHARTIER, Roger. **História da Leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo: Editora Ática, 1999

NEWTON, Judith Lowder. Pride and Prejudice: Power, Fantasy, and Subversion. In: **Feminist Studies**, v. 4, n. 1. Feb. 1978, p. 27-42.

PERROT, Michelle. **A minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

SCHIMIDT, Rita Therezinha. Recortes de uma história: a construção de um fazer/saber. In: RAMALHO, Cristina. (Org.). **Literatura e feminino**. Propostas teóricas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Elo, 1999.

XAVIER, Elódia. Para além do Cânone. In: RAMALHO, Cristina. (Org.). **Literatura e feminino**. Propostas teóricas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Elo, 1999.

WOLLSTONESCRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.